



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

PROCESSO N. ° 0124/SG/CMSFG/2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: *Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (art. 18º, § 1º, I da Lei Federal nº 14.133/2021).*

A presente contratação decorre da necessidade de adequação, melhoria e modernização da estrutura mobiliária da sala da Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, ambiente utilizado para realização de reuniões institucionais, atendimentos oficiais, recepção de autoridades, servidores, representantes de órgãos públicos e visitantes.

O mobiliário anteriormente existente no local incluía sofá destinado aos atendimentos e reuniões institucionais. Contudo, em razão do avançado estado de desgaste, inadequação de uso e comprometimento das condições de conservação, o referido mobiliário precisou ser retirado do ambiente.

Desde então, o espaço vem sendo utilizado de forma improvisada, mediante utilização de cadeiras despadronizadas e, em alguns casos, apresentando sinais de desgaste e avarias, circunstância que compromete a funcionalidade, ergonomia, organização e apresentação institucional do ambiente administrativo.

Verifica-se ainda que o mobiliário atualmente disponível não atende satisfatoriamente às necessidades administrativas relacionadas ao conforto, resistência, durabilidade e padronização visual exigidas para ambientes institucionais de representação, ocasionando prejuízos à adequada utilização do espaço e à qualidade dos atendimentos e reuniões realizadas no âmbito da Presidência.

Diante desse cenário, faz-se necessária a aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo, compreendendo poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional, visando proporcionar melhores condições de uso, conforto, ergonomia, organização e aproveitamento do espaço físico.

A contratação também busca assegurar padrão mínimo de qualidade, resistência estrutural, durabilidade, ergonomia e apresentação institucional compatíveis com o ambiente administrativo, evitando a aquisição de mobiliário de baixa qualidade, acabamento inferior ou reduzida vida útil, situação que poderia gerar prejuízos ao interesse público, aumento de custos com substituições frequentes e comprometimento da economicidade administrativa.

Nesse contexto, a solução pretendida mostra-se necessária e adequada ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal, contribuindo para melhoria das condições de trabalho, valorização do patrimônio público, padronização do ambiente administrativo e adequada recepção de autoridades, servidores e cidadãos que utilizam os espaços institucionais do Poder Legislativo Municipal.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Fundamentação: Nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, o Plano de Contratações Anual é um instrumento de planejamento que deve considerar as aquisições e contratações previstas para o exercício financeiro.

O Plano de Contratações Anual (PCA) constitui instrumento de planejamento destinado a consolidar as aquisições e contratações previstas para o exercício financeiro, promovendo racionalidade, eficiência e previsibilidade na gestão das demandas.

No âmbito deste Poder Legislativo, **não há PCA formalmente instituído para o exercício de 2026 para o exercício de 2026**, encontrando-se o referido instrumento em fase de elaboração para implantação no exercício de 2027, em razão da realidade administrativa e do processo de estruturação interna do planejamento.

Dessa forma, não é possível vincular esta contratação a item específico do PCA 2026, devendo o processo registrar que o planejamento da demanda está sendo realizado pelos meios disponíveis e adequados à realidade do órgão, notadamente por meio do DFD, do ETP e da documentação técnica que caracteriza a necessidade e o quantitativo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução (art. 18º, § 1º, III da Lei Federal nº 14.133/2021).

Para atendimento da necessidade administrativa identificada, a contratação deverá observar requisitos mínimos de qualidade, durabilidade, ergonomia, resistência estrutural, funcionalidade e padronização visual, considerando a finalidade institucional do ambiente em que os bens serão utilizados.

A solução pretendida compreende a aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo destinado à sala da Presidência da Câmara Municipal, contemplando poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional, devendo os itens atender às especificações técnicas mínimas a serem detalhadas no Termo de Referência.

Os bens deverão ser novos, sem uso, entregues em perfeitas condições de funcionamento, conservação e acabamento, observando padrão compatível com ambientes institucionais destinados à realização de reuniões, atendimentos oficiais e recepção de autoridades, servidores e visitantes.

Constituem requisitos mínimos da contratação:

- Apresentação de mobiliário corporativo com padrão executivo e acabamento refinado;
- Compatibilidade estética e funcional entre os itens fornecidos;
- Estruturas confeccionadas com materiais resistentes e adequados ao uso contínuo em ambiente administrativo;
- Atendimento aos requisitos mínimos de ergonomia aplicáveis ao mobiliário corporativo;
- Revestimentos e acabamentos de fácil higienização e conservação;
- Garantia mínima contra defeitos de fabricação;
- Observância das especificações dimensionais mínimas necessárias ao adequado aproveitamento do espaço físico;
- Fornecimento de produtos com padrão mínimo de qualidade, resistência estrutural e durabilidade, evitando aquisições de baixa resistência ou reduzida vida útil;
- Apresentação, pela contratada, de catálogo, ficha técnica, prospecto, manual ou documento equivalente que possibilite a verificação da compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações exigidas pela Administração;
- Disponibilização de produtos com padrão comercial de fabricação e regular comercialização no mercado nacional;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

- Compatibilidade integral entre os produtos ofertados e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- Atendimento às normas técnicas aplicáveis da ABNT e requisitos ergonômicos da NR-17, quando aplicáveis ao objeto.

As especificações técnicas deverão ser elaboradas de forma clara, objetiva e suficientemente detalhada, visando impedir o fornecimento de produtos de baixa qualidade, acabamento inferior, reduzida durabilidade, estrutura frágil ou características incompatíveis com a solução planejada pela Administração.

Os requisitos estabelecidos visam assegurar a aquisição de mobiliário compatível com o padrão institucional pretendido pela Administração, evitando o fornecimento de produtos inadequados, improvisados ou incompatíveis com a finalidade administrativa do ambiente.

Considera-se produto equivalente aquele que apresente características técnicas, construtivas, funcionais, ergonômicas, dimensionais e de acabamento iguais ou superiores às especificações mínimas exigidas pela Administração, ainda que possua marca, fabricante ou nomenclatura comercial distinta da referência adotada no Termo de Referência.

Não serão aceitos produtos com estrutura frágil, acabamento inferior, dimensões incompatíveis, materiais de baixa resistência, defeitos de fabricação, avarias, instabilidade estrutural ou características que comprometam a padronização visual, funcional e estética do ambiente administrativo.

Poderá ser utilizada referência de modelo, padrão visual ou imagem ilustrativa exclusivamente como parâmetro de qualidade, acabamento, ergonomia e compatibilidade estética, sendo admitidos produtos equivalentes tecnicamente compatíveis ou superiores às especificações exigidas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação deverá ainda observar critérios de economicidade, eficiência, padronização administrativa e interesse público, buscando assegurar solução adequada às necessidades institucionais da Câmara Municipal.

Os modelos ofertados poderão possuir nomenclaturas comerciais distintas, desde que comprovadamente equivalentes ou superiores às especificações técnicas mínimas exigidas pela Administração.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: *Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 18º, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).*

A definição dos quantitativos foi realizada com base na necessidade atual de adequação da sala da Presidência da Câmara Municipal, considerando a disposição física do ambiente, a finalidade institucional do espaço e a necessidade de padronização do mobiliário utilizado em reuniões, atendimentos oficiais e recepção de autoridades, servidores e visitantes.

A estimativa da contratação compreende os seguintes quantitativos:

Item	Quant.	Unid.	Descrição
01	12	Unid	Poltrona interlocutora espaldar médio com braços para escritório e sala de reunião
02	01	Unid	Mesa de centro para ambiente institucional.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Memória de cálculo:

A quantidade estimada de 12 (doze) poltronas interlocutoras foi definida considerando a composição do espaço destinado às reuniões institucionais da Presidência, contemplando assentos para os 11 (onze) vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal, além de 01 (um) assento adicional destinado à utilização por servidores, convidados, representantes de órgãos públicos ou demais participantes externos eventualmente presentes nas reuniões e atendimentos institucionais.

Registra-se ainda que o ambiente atualmente vem sendo utilizado de forma improvisada, mediante utilização de cadeiras despadronizadas e, em alguns casos, apresentando sinais de desgaste e avarias, tornando necessária a substituição e padronização do mobiliário utilizado no local.

Já o quantitativo da mesa de centro foi definido considerando a necessidade de recomposição do ambiente administrativo anteriormente ocupado por mobiliário removido em razão do avançado estado de desgaste e inadequação de uso, visando restabelecer a funcionalidade, organização e apresentação institucional do espaço.

Os quantitativos estimados mostram-se compatíveis com a demanda atualmente existente, não havendo previsão de excedentes desnecessários ou aquisição em quantidade superior à efetivamente necessária ao atendimento do interesse público.

Registra-se ainda que a presente contratação não possui interdependência direta com outras contratações em andamento capazes de gerar ganho relevante de escala, tratando-se de demanda específica e pontual destinada à adequação do ambiente administrativo da Presidência da Câmara Municipal.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: *Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18º, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133/2021).*

Com a finalidade de atender à necessidade de adequação e melhoria da estrutura mobiliária da sala da Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para solução da demanda, considerando aspectos relacionados à funcionalidade, ergonomia, resistência estrutural, durabilidade, padronização visual, custo-benefício e interesse público.

Durante o levantamento, foram identificadas as seguintes possibilidades:

a) Manutenção da situação atual

Consistiria na permanência do ambiente nas condições atualmente existentes, utilizando cadeiras despadronizadas e parte do mobiliário remanescente disponível no órgão.

Entretanto, tal alternativa mostrou-se inadequada, considerando que os móveis atualmente utilizados apresentam ausência de padronização, desgaste, avarias e incompatibilidade com a finalidade institucional do ambiente, comprometendo a ergonomia, organização, funcionalidade e apresentação da sala da Presidência.

Além disso, a manutenção da situação atual não resolve a necessidade administrativa identificada, mantendo as inadequações existentes e prejudicando a qualidade dos atendimentos e reuniões institucionais realizados no local.

b) Reaproveitamento de mobiliário existente em outros setores

Foi analisada a possibilidade de remanejamento de móveis pertencentes a outros setores da Câmara Municipal.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Contudo, verificou-se que os móveis disponíveis em outros ambientes administrativos também se encontram em utilização regular ou não possuem características compatíveis com o padrão funcional e institucional necessário à sala da Presidência, especialmente quanto à ergonomia, resistência estrutural, padronização visual e estado de conservação.

Dessa forma, o reaproveitamento interno mostrou-se insuficiente para solução integral da demanda.

c) Recuperação/reforma de mobiliário antigo

Também foi considerada a possibilidade de recuperação, reforma ou revitalização do mobiliário anteriormente utilizado no ambiente.

Todavia, constatou-se que parte do mobiliário removido apresentava avançado estado de desgaste estrutural e inadequação de uso, tornando tecnicamente e economicamente desvantajosa sua recuperação, especialmente diante da limitada vida útil remanescente dos bens.

Além disso, eventual reforma não garantiria padronização adequada, ergonomia compatível, resistência estrutural, qualidade construtiva e acabamento equivalentes às necessidades atuais da Administração.

d) Aquisição de mobiliário corporativo de padrão básico

Foi analisada a possibilidade de aquisição de mobiliário corporativo simples, de menor custo e acabamento básico.

Embora essa alternativa apresente menor custo inicial de aquisição, verificou-se que os produtos de padrão inferior geralmente possuem menor resistência estrutural, acabamento simplificado, reduzida durabilidade, menor conforto ergonômico e materiais construtivos mais frágeis, fatores que poderiam ocasionar desgaste prematuro, necessidade de substituições frequentes e aumento de custos futuros para a Administração.

Ademais, tal solução mostrou-se incompatível com o padrão institucional pretendido para o ambiente da Presidência, especialmente diante da necessidade de utilização contínua em reuniões institucionais e atendimentos oficiais.

e) Aquisição de mobiliário corporativo de padrão intermediário

A alternativa intermediária também foi avaliada, contemplando móveis com melhor acabamento e durabilidade em relação aos modelos básicos.

Contudo, verificou-se que muitos modelos disponíveis nessa categoria ainda apresentam limitações relacionadas à resistência estrutural, ergonomia, densidade dos materiais utilizados, padronização visual e acabamento, especialmente para utilização contínua em ambiente institucional de representação administrativa.

Embora parcialmente adequada, a solução intermediária não se mostrou a mais vantajosa sob a ótica da durabilidade, robustez construtiva, padronização e apresentação institucional pretendidas pela Administração.

f) Aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo

A solução considerada mais adequada consiste na aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo, contemplando poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro compatíveis com o ambiente administrativo da Presidência.

A solução pretendida contempla mobiliário com características técnicas compatíveis com utilização institucional contínua, incluindo requisitos relacionados à ergonomia, resistência estrutural, qualidade construtiva, durabilidade, acabamento refinado e padronização visual.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Essa alternativa apresenta melhor relação entre custo e benefício a médio e longo prazo, considerando fatores como:

- maior durabilidade;
- melhor resistência estrutural;
- ergonomia adequada;
- melhor acabamento;
- maior conforto;
- padronização visual;
- valorização do ambiente institucional;
- redução de substituições futuras;
- melhoria das condições de atendimento e recepção institucional;
- melhor aproveitamento do investimento público.

Além disso, o mercado dispõe de ampla variedade de fornecedores aptos ao fornecimento da solução pretendida, sem restrição significativa à competitividade, desde que observadas as especificações técnicas mínimas necessárias à garantia da qualidade, desempenho e compatibilidade dos bens.

Verificou-se ainda que diversos fabricantes e fornecedores do ramo de mobiliário corporativo disponibilizam produtos equivalentes tecnicamente compatíveis com as características exigidas pela Administração, permitindo adequada competitividade sem comprometimento da qualidade da solução pretendida.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo mostra-se a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa ao atendimento da necessidade pública identificada, considerando a durabilidade esperada dos bens, a funcionalidade do ambiente, a padronização institucional e o interesse público envolvido na contratação.

5.1. CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO

Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a **aquisição de mobiliário corporativo de padrão executivo**, compreendendo poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional, **mostra-se a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa** ao atendimento da necessidade pública identificada.

A solução escolhida apresenta melhor relação entre custo e benefício a médio e longo prazo, considerando fatores relacionados à resistência estrutural, durabilidade, ergonomia, qualidade construtiva, conforto, padronização visual, funcionalidade e compatibilidade com a finalidade institucional do ambiente administrativo.

Verificou-se ainda que a adoção de mobiliário corporativo de padrão executivo contribui para melhoria das condições de atendimento, organização e recepção institucional no âmbito da Presidência da Câmara Municipal, além de reduzir riscos de desgaste prematuro, substituições frequentes e aquisições futuras decorrentes de produtos de baixa qualidade ou reduzida vida útil.

Conclui-se, portanto, que a solução pretendida atende adequadamente ao interesse público, às necessidades institucionais da Administração e aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento e padronização administrativa previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

5.2.DIRETRIZ DE MODELAGEM (PARA SUBSIDIAR O TERMO DE REFERÊNCIA)

A modelagem da futura contratação deverá observar critérios de qualidade, durabilidade, ergonomia, resistência estrutural, funcionalidade, padronização visual e compatibilidade institucional, considerando a finalidade administrativa do ambiente em que os bens serão utilizados.

A futura contratação deverá contemplar mobiliário corporativo de padrão executivo destinado à adequação da sala da Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, compreendendo poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional.

O Termo de Referência deverá conter especificações técnicas claras, objetivas e suficientemente detalhadas, de forma a impedir interpretações genéricas ou o fornecimento de produtos incompatíveis com a solução pretendida pela Administração.

As especificações técnicas deverão contemplar, entre outros aspectos:

- resistência estrutural;
- ergonomia;
- durabilidade;
- qualidade construtiva;
- acabamento refinado;
- estabilidade estrutural;
- densidade mínima dos materiais utilizados;
- dimensões mínimas;
- facilidade de higienização e conservação;
- compatibilidade estética e funcional;
- garantia mínima contra defeitos de fabricação;
- padrão executivo de acabamento.

As descrições técnicas deverão ser elaboradas de forma suficiente para impedir o fornecimento de produtos de baixa qualidade, acabamento inferior, reduzida vida útil, estrutura frágil ou características incompatíveis com a finalidade institucional pretendida pela Administração.

Poderá ser utilizada referência de modelo, padrão visual ou imagem ilustrativa exclusivamente como parâmetro de qualidade, acabamento, ergonomia e compatibilidade estética, sendo admitidos produtos equivalentes tecnicamente compatíveis ou superiores às especificações exigidas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Considera-se produto equivalente aquele que apresente características técnicas, construtivas, funcionais, ergonômicas, dimensionais e de acabamento iguais ou superiores às especificações mínimas exigidas pela Administração, ainda que possua marca, fabricante ou nomenclatura comercial distinta da referência adotada.

O Termo de Referência deverá prever expressamente a obrigatoriedade de apresentação, pela futura contratada, de catálogo, ficha técnica, prospecto, manual ou documento equivalente que possibilite à Administração verificar previamente a compatibilidade dos produtos ofertados com as exigências estabelecidas.

Os produtos ofertados deverão possuir padrão comercial de fabricação, regular comercialização no mercado nacional e compatibilidade integral com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

Não deverão ser aceitos produtos:

- improvisados;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

- artesanais sem padronização comercial;
- com acabamento inferior;
- confeccionados com materiais de baixa resistência;
- estruturalmente frágeis;
- divergentes da proposta apresentada;
- incompatíveis com o padrão visual e funcional do ambiente institucional;
- com dimensões inferiores às especificações mínimas exigidas;
- com características técnicas incompatíveis com a solução planejada.

O recebimento dos bens deverá ocorrer mediante conferência quantitativa e qualitativa, podendo a Administração rejeitar total ou parcialmente os produtos que apresentarem avarias, defeitos, divergência em relação às especificações exigidas, incompatibilidade técnica, qualidade inferior ou características distintas da solução contratada.

A modelagem da contratação deverá observar os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, padronização, interesse público e busca da proposta mais vantajosa, visando assegurar adequada vida útil dos bens permanentes e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18º, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).*

A estimativa preliminar do valor da contratação foi realizada mediante **consultas em sítios eletrônicos** especializados e plataformas de comercialização de mobiliário corporativo e mobiliário residencial, considerando produtos com características técnicas, funcionais e estéticas compatíveis com a solução pretendida pela Administração.

Para composição da estimativa preliminar, foram considerados parâmetros relacionados ao padrão executivo dos itens, qualidade construtiva, resistência estrutural, ergonomia, acabamento, durabilidade, dimensões e compatibilidade estética com o ambiente institucional da Presidência da Câmara Municipal.

Os valores estimados consideram os custos necessários ao fornecimento integral dos bens, incluindo frete, transporte, entrega e demais despesas incidentes sobre o objeto.

As consultas realizadas identificaram, entre outros, os seguintes valores referenciais preliminares:

Item	Quant.	Unid	Descrição	Valor unitário	Valor total	Fonte de Referência
01	12	Unid	Poltrona interlocutora espaldar médio com braços	R\$ 2.829,21	R\$ 33.950,52	Pesquisa complementar em sítio eletrônico especializado em mobiliário corporativo executivo (Caderode Store).
02	01	Unid	Mesa de centro para ambiente institucional	R\$ 107,34	R\$ 107,34	Pesquisa complementar em sítio eletrônico



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

						especializado de comercialização nacional (Mercado Livre).
Valor total						RS 34.057,86

Assim, o valor total desta aquisição será **RS 34.057,86** (trinta e quatro mil, cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos).

A metodologia adotada nesta etapa possui caráter preliminar e visa exclusivamente verificar a viabilidade econômica da contratação e subsidiar a continuidade da fase preparatória.

Registra-se que os valores constantes neste estudo foram obtidos mediante pesquisa inicial de mercado realizada em sítios eletrônicos especializados e plataformas de comercialização, considerando produtos compatíveis com as características técnicas, funcionais e padrão de qualidade pretendidos pela Administração.

A pesquisa definitiva de preços será posteriormente consolidada em procedimento administrativo específico, mediante utilização de parâmetros complementares admitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo cotações mercadológicas, consultas em banco de preços, contratações similares, atas de registro de preços, sítios eletrônicos especializados e demais fontes oficiais aplicáveis.

Os documentos comprobatórios das consultas realizadas, incluindo capturas de tela das pesquisas efetuadas, endereços eletrônicos, especificações dos produtos, memória de cálculo, registros dos valores pesquisados e demais elementos de suporte da estimativa preliminar, integram os autos do processo administrativo para fins de rastreabilidade, transparência e fundamentação da estimativa da contratação.

Os valores referenciais estimados deverão observar compatibilidade com os preços praticados no mercado para mobiliário corporativo de padrão executivo, evitando subavaliações incompatíveis com a qualidade mínima exigida pela Administração Pública.

6.1. Nota de Cautela:

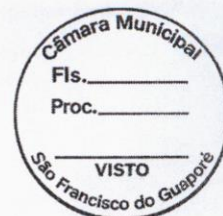
Importante ressaltar que a presente estimativa foi elaborada com base na solução que, segundo a análise preliminar realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, apresenta-se como a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa ao atendimento da necessidade institucional identificada.

Caso a autoridade competente entenda pela não adoção da solução inicialmente proposta, poderá ser determinado o aprofundamento do presente Estudo Técnico Preliminar, inclusive com a realização de estimativas de valor relacionadas às demais alternativas anteriormente analisadas, de modo a assegurar a adequação, eficiência, economicidade e observância do interesse público na futura contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: *Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18º, § 1º, VII da Lei Federal nº 14.133/2021).*

A solução proposta consiste na aquisição de **mobiliário corporativo de padrão executivo** destinado à adequação, modernização e padronização da sala da Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, compreendendo poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

A contratação busca proporcionar melhores condições de conforto, ergonomia, funcionalidade, organização, durabilidade, estabilidade e apresentação institucional do ambiente administrativo, considerando a utilização contínua do espaço para realização de reuniões institucionais, atendimentos oficiais, recepção de autoridades, servidores, representantes de órgãos públicos e visitantes.

A solução deverá contemplar mobiliário novo, sem uso, fabricado em padrão comercial, com acabamento refinado, **robustez estrutural** e características compatíveis com ambientes de representação institucional do Poder Legislativo Municipal.

As poltronas interlocutoras deverão possuir características técnicas compatíveis com utilização corporativa contínua, observando requisitos mínimos relacionados à ergonomia, resistência estrutural, estabilidade, qualidade construtiva, conforto, densidade dos materiais empregados, acabamento, durabilidade e compatibilidade estética com o ambiente administrativo.

A mesa de centro deverá possuir padrão compatível com o ambiente institucional, observando requisitos mínimos de resistência, estabilidade, acabamento, funcionalidade e harmonia estética com os demais itens que compõem o ambiente da Presidência.

A solução deverá contemplar o fornecimento integral dos bens, incluindo transporte, frete, entrega e demais custos necessários à perfeita execução do objeto, **sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.**

Os produtos ofertados deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme especificações a serem definidas no Termo de Referência, devendo a futura contratada responsabilizar-se, sem custos adicionais para a Administração, pela **substituição, reparo ou correção** de eventuais defeitos identificados durante o período de garantia.

Quando aplicável, a contratada deverá prestar assistência técnica ou suporte necessário à solução de problemas relacionados aos produtos fornecidos, observando prazos razoáveis para atendimento das demandas apresentadas pela Administração.

A solução adotada deverá ainda permitir adequada fiscalização contratual, possibilitando **verificação quantitativa e qualitativa** da compatibilidade dos produtos entregues com as especificações técnicas exigidas pela Administração, mediante **análise comparativa** de catálogo, ficha técnica, características construtivas, dimensões, acabamento, qualidade dos materiais empregados e demais elementos técnicos pertinentes.

Não deverão ser aceitos produtos com qualidade inferior, acabamento incompatível, materiais frágeis, dimensões divergentes, estrutura inadequada ou características incompatíveis com a solução planejada e com o padrão institucional pretendido pela Administração.

A descrição da solução considera, ainda, a necessidade de padronização visual e funcional do ambiente administrativo, preservação do interesse público, economicidade, durabilidade dos bens permanentes e melhoria das condições institucionais da sala da Presidência da Câmara Municipal.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: *Justificativa para o parcelamento ou não da solução (art. 18º, § 1º, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021).*

A presente contratação não deverá ser realizada com parcelamento do objeto, sendo recomendada a adoção de **lote único** para fornecimento do mobiliário corporativo pretendido pela Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

A solução foi concebida de forma integrada, considerando a composição conjunta do ambiente institucional da Presidência da Câmara Municipal, especialmente quanto à necessidade de compatibilidade visual, funcional e estética entre os itens que comporão o espaço administrativo.

Embora os itens possuam naturezas distintas, verifica-se que existe **interdependência estética e funcional** entre os bens pretendidos, especialmente considerando a finalidade administrativa e representativa do ambiente institucional da Presidência.

A adoção de lote único mostra-se tecnicamente mais adequada para assegurar harmonia visual, uniformidade de acabamento, compatibilidade de design, padronização do mobiliário corporativo e coerência estética entre os itens fornecidos, evitando divergências de tonalidade, materiais, acabamentos ou características visuais que possam comprometer a apresentação institucional do ambiente administrativo.

Além disso, o agrupamento dos itens em lote único contribui para:

- melhor integração da solução;
- padronização visual e funcional do ambiente;
- simplificação da gestão contratual;
- maior controle da execução contratual;
- redução de riscos relacionados à incompatibilidade entre produtos fornecidos por diferentes empresas;
- melhor definição de responsabilidade contratual quanto à entrega, garantia e eventual assistência técnica.

Considerando o quantitativo reduzido da contratação e a relação de complementaridade entre os itens, verifica-se que o não parcelamento não ocasiona restrição indevida à competitividade, tampouco prejuízo à economicidade da contratação.

O mercado dispõe de ampla quantidade de fornecedores aptos ao fornecimento conjunto dos itens pretendidos, não sendo identificados indícios de limitação relevante à participação de empresas interessadas.

Dessa forma, conclui-se que a contratação em lote único mostra-se técnica e economicamente mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, observando os princípios da economicidade, eficiência, padronização, competitividade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

OBSERVAÇÃO PARA O TR/EDITAL: O Termo de Referência e o futuro instrumento convocatório deverão observar as diretrizes técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto aos requisitos mínimos de qualidade, resistência estrutural, ergonomia, durabilidade, acabamento e padronização visual do mobiliário pretendido pela Administração.

As especificações técnicas deverão ser elaboradas de forma clara e suficientemente detalhada, visando impedir o fornecimento de produtos de baixa qualidade, acabamento incompatível, reduzida vida útil ou características divergentes da solução planejada.

Deverá constar no Termo de Referência a obrigatoriedade de apresentação de catálogo, ficha técnica ou documento equivalente que permita à Administração verificar previamente a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações exigidas.

Poderá ser utilizada imagem ilustrativa e/ou referência de modelo exclusivamente como parâmetro de qualidade, acabamento, ergonomia e compatibilidade estética, sendo admitidos produtos equivalentes tecnicamente compatíveis ou superiores às especificações mínimas estabelecidas pela Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

O recebimento dos bens deverá ocorrer mediante conferência quantitativa e qualitativa, podendo a Administração rejeitar produtos incompatíveis, de qualidade inferior ou divergentes das especificações técnicas e do padrão institucional pretendido pela Administração.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: *Em conformidade com o disposto no art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve conter:*

“IX – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.”

A contratação pretendida busca promover a adequação, modernização e padronização da estrutura mobiliária da sala da Presidência da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, assegurando melhores condições de funcionalidade, organização, conforto e representação institucional do ambiente administrativo.

Com a aquisição do mobiliário corporativo de padrão executivo, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- melhoria das condições de conforto, ergonomia e funcionalidade do ambiente institucional;
- adequação da sala da Presidência para realização de reuniões institucionais, atendimentos oficiais e recepção de autoridades, servidores e visitantes;
- padronização visual e organizacional do ambiente administrativo;
- substituição de mobiliário improvisado, desgastado ou inadequado às necessidades institucionais;
- melhoria da apresentação institucional do Poder Legislativo Municipal;
- aumento da durabilidade e vida útil do mobiliário utilizado pela Administração;
- redução da necessidade de substituições frequentes decorrentes de bens de baixa resistência ou reduzida durabilidade;
- melhor aproveitamento dos recursos públicos mediante aquisição de bens com maior qualidade construtiva e resistência estrutural;
- fortalecimento das condições adequadas de trabalho, atendimento e organização administrativa;
- valorização e preservação do patrimônio público.

Pretende-se ainda assegurar solução compatível com os princípios da economicidade, eficiência, padronização e interesse público, mediante aquisição de mobiliário adequado às necessidades institucionais da Câmara Municipal.

Dessa forma, conclui-se que a contratação contribuirá diretamente para melhoria das condições estruturais, funcionais e institucionais da sala da Presidência, proporcionando ambiente mais adequado, organizado, padronizado e compatível com as atividades administrativas e representativas desempenhadas pelo Poder Legislativo Municipal.

Indicadores sugeridos para acompanhamento (subsidiar TR/fiscalização): Para fins de acompanhamento da execução contratual e recebimento definitivo dos bens, recomenda-se que o Termo de Referência e a fiscalização contratual observem, sempre que aplicável, os seguintes indicadores:

- conformidade dos produtos entregues com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência;
- compatibilidade entre os produtos entregues e os catálogos/fichas técnicas apresentados pela contratada;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

- integridade física e ausência de avarias nos bens fornecidos;
- estabilidade estrutural, resistência e qualidade construtiva do mobiliário;
- conformidade dimensional dos produtos;
- compatibilidade estética e padronização visual entre os itens fornecidos;
- qualidade do acabamento e dos materiais empregados;
- cumprimento do prazo de entrega;
- observância das condições de garantia ofertadas;
- índice de necessidade de substituição ou correção durante o período de garantia;
- adequação funcional dos bens ao ambiente institucional da Presidência.

Os indicadores acima possuem caráter orientativo e visam subsidiar a adequada fiscalização contratual, o recebimento qualitativo dos bens permanentes e a verificação da compatibilidade da solução entregue com a necessidade administrativa identificada no presente Estudo Técnico Preliminar.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: *Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização (art. 18º, § 1º, X da Lei Federal nº 14.133/2021).*

Previamente à formalização da futura contratação, a Administração deverá adotar medidas administrativas e operacionais necessárias para assegurar adequada execução do objeto, recebimento dos bens e correta fiscalização contratual.

Deverão ser adotadas, entre outras, as seguintes providências:

- elaboração do Termo de Referência com especificações técnicas claras, objetivas e suficientemente detalhadas;
- consolidação da pesquisa definitiva de preços, observando os parâmetros admitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- verificação da adequação orçamentária e disponibilidade financeira para atendimento da despesa;
- definição formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual;
- análise prévia das propostas, catálogos, fichas técnicas e demais documentos apresentados pelas futuras licitantes, visando verificar compatibilidade dos produtos ofertados com as exigências técnicas estabelecidas pela Administração;
- organização e preparação do ambiente físico destinado à instalação do mobiliário;
- verificação prévia das dimensões do ambiente e compatibilidade dos bens com o espaço disponível;
- definição das condições de entrega, recebimento e conferência dos bens;
- estabelecimento de critérios objetivos de recebimento quantitativo e qualitativo dos produtos;
- previsão expressa, no Termo de Referência e instrumento convocatório, de possibilidade de rejeição de produtos incompatíveis, de qualidade inferior ou divergentes das especificações exigidas;
- definição das regras relacionadas à garantia, substituição e correção de eventuais defeitos identificados nos bens fornecidos;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

- inclusão, no Termo de Referência, da obrigatoriedade de apresentação de catálogo, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente para análise técnica prévia da compatibilidade dos produtos ofertados;
- verificação da compatibilidade da solução contratada com a finalidade institucional e padrão administrativo pretendido pela Câmara Municipal;
- realização de conferência visual e estrutural dos bens no ato da entrega, incluindo verificação de estabilidade, acabamento, integridade física e ausência de avarias;
- realização de registro fotográfico dos produtos entregues para fins de fiscalização e documentação do recebimento;
- verificação da documentação relacionada à garantia, manual, assistência técnica ou orientações de uso, quando aplicável;
- possibilidade de realização de diligências administrativas para esclarecimento de informações técnicas relacionadas aos produtos ofertados.

A Administração deverá assegurar que os servidores designados para acompanhamento da contratação possuam conhecimento suficiente das especificações mínimas exigidas no processo, especialmente quanto aos requisitos relacionados à qualidade, acabamento, resistência estrutural, ergonomia, dimensões e compatibilidade estética dos bens.

O recebimento definitivo dos produtos deverá ocorrer somente após conferência quantitativa e qualitativa, mediante verificação da conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas, catálogos apresentados, características construtivas, padrão institucional exigido pela Administração e demais requisitos previstos no Termo de Referência.

A adoção das providências acima visa fortalecer o planejamento da contratação, reduzir riscos de fornecimento inadequado, assegurar maior eficiência na fiscalização contratual, preservar o patrimônio público e garantir que a solução efetivamente atenda às necessidades institucionais identificadas no presente Estudo Técnico Preliminar.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: *Contratações correlatas e/ou interdependentes. (art. 18º, § 1º, XI da Lei Federal nº 14.133/2021).*

Após análise da necessidade administrativa identificada e da solução pretendida, verifica-se que a presente contratação não possui dependência direta de outras contratações em andamento para sua execução ou funcionamento.

A solução proposta possui natureza autônoma e poderá ser integralmente executada de forma independente, não exigindo contratação complementar obrigatória para atendimento de sua finalidade institucional.

Registra-se, contudo, que a contratação possui relação indireta com as ações de adequação, organização e melhoria da estrutura física e administrativa da Câmara Municipal, especialmente no que se refere à padronização e melhoria dos ambientes institucionais utilizados para atividades administrativas e representativas do Poder Legislativo Municipal.

Não há, no presente momento, necessidade de contratação adicional de serviços especializados de instalação, adaptação estrutural ou suporte técnico específico para utilização dos bens pretendidos, considerando a natureza comum do objeto e a compatibilidade da solução com o ambiente atualmente existente.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida não apresenta interdependência técnica, operacional ou funcional relevante com outras contratações administrativas, podendo ser executada de maneira autônoma e independente pela Administração Pública.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: *Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18º, § 1º, XII da Lei Federal nº 14.133/2021).*

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento (Capítulo XXIV da resolução legislativa 007/2023).

A presente contratação possui impacto ambiental considerado reduzido, tendo em vista tratar-se da aquisição de bens permanentes destinados à utilização administrativa no âmbito da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

Ainda assim, deverão ser observadas medidas voltadas à redução de impactos ambientais e à promoção de práticas sustentáveis compatíveis com a natureza do objeto.

Sempre que possível, os produtos fornecidos deverão ser fabricados com materiais duráveis e de adequada vida útil, visando reduzir a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, minimizar a geração de resíduos decorrentes do descarte prematuro de mobiliário.

A Administração deverá priorizar, quando compatível com a competitividade e vantajosidade da contratação, produtos que apresentem:

- maior durabilidade e resistência;
- materiais de boa qualidade e adequada vida útil;
- possibilidade de manutenção ou reparo;
- utilização de materiais recicláveis ou reciclados, quando aplicável;
- processos produtivos compatíveis com práticas ambientalmente sustentáveis.

Os fornecedores deverão observar a legislação ambiental aplicável quanto à fabricação, comercialização, transporte e destinação de resíduos eventualmente gerados no fornecimento dos bens.

As embalagens utilizadas no transporte dos produtos deverão, sempre que possível, ser passíveis de reutilização ou reciclagem, devendo ser evitado o uso excessivo de materiais descartáveis sem necessidade técnica.

Quanto ao mobiliário atualmente inutilizado ou removido do ambiente administrativo, sua destinação deverá observar os procedimentos patrimoniais e ambientais aplicáveis no âmbito da Administração Pública, podendo ser adotadas medidas de reaproveitamento, doação, descarte ambientalmente adequado ou baixa patrimonial, conforme avaliação administrativa posterior.

Considerando a natureza do objeto, não se verifica necessidade de exigência específica relacionada a consumo de energia elétrica ou logística reversa obrigatória, sem prejuízo da observância das normas ambientais aplicáveis pelos futuros fornecedores.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta baixo impacto ambiental potencial, sendo as medidas acima consideradas suficientes para mitigação dos impactos relacionados ao fornecimento e utilização dos bens pretendidos pela Administração.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: *Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (art. 18º, § 1º, XIII da Lei Federal nº 14.133/2021).*

Após análise das informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que **a contratação pretendida mostra-se técnica, administrativa e economicamente viável**



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

para atendimento da necessidade institucional identificada pela Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

Verificou-se que a solução proposta atende adequadamente às demandas relacionadas à adequação, modernização e padronização da sala da Presidência, proporcionando melhores condições de funcionalidade, ergonomia, organização, conforto e representação institucional do ambiente administrativo.

A contratação de **mobiliário corporativo de padrão executivo**, compreendendo poltronas interlocutoras espaldar médio com braços e mesa de centro para ambiente institucional, apresenta compatibilidade com a finalidade pública pretendida, observando critérios de qualidade, durabilidade, resistência estrutural, padronização visual e interesse público.

O levantamento de mercado realizado demonstrou a existência de fornecedores aptos ao atendimento da demanda, não sendo identificados impedimentos relevantes à competitividade ou à execução da contratação.

Verificou-se ainda que a solução escolhida apresenta melhor relação entre custo e benefício a médio e longo prazo, especialmente em razão da maior durabilidade dos bens, redução da necessidade de substituições frequentes e melhoria das condições institucionais do ambiente administrativo.

As estimativas de preços realizadas indicam compatibilidade preliminar com os valores praticados no mercado para mobiliário corporativo de padrão executivo, devendo a pesquisa definitiva de preços ser posteriormente consolidada na forma da legislação aplicável.


Constatou-se também que a contratação não demanda adaptações estruturais relevantes, contratações complementares obrigatórias ou providências técnicas complexas para sua implementação, mostrando-se plenamente compatível com a realidade administrativa da Câmara Municipal.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento da fase preparatória e posterior elaboração do Termo de Referência, observadas as diretrizes técnicas e administrativas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

É o presente Estudo Técnico Preliminar submetido à apreciação da autoridade competente.

São Francisco do Guaporé – RO, 18 de maio de 2026.


Tamyres Brito Ferreira
Equipe de Apoio
Portaria 012/2025/SG

Revisado por:

Mara Vieira Carvalho Ribeiro
Secretário Geral
Portaria 073/2025/GP